

África: antecedentes históricos da OUA

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA

Resumo: O artigo analisa antecedentes históricos da Organização da Unidade Africana (OUA), a maior e mais relevante instituição de África. Surge em 1963 na trajetória histórica do continente marcado por exploração, escravidão, colonização, lutas armadas, pan-africanismo e nacionalismo. Esses processos culminaram em descolonização, autodeterminação dos povos e independências. A OUA resulta das fricções de dois grupos de países, Monróvia e Casablanca, que lutavam pelo mesmo objetivo: fim da colonização.

Palavras-chave: Organização da Unidade Africana. História. Nacionalismo. Independências africanas.



Abstract: The article analyzes the background of the Organization of African Unity (OAU), the largest and most relevant institution in Africa. It emerges in 1963 from the historical trajectory of the continent marked by exploitation, slavery, colonization, armed struggles, pan-Africanism and nationalism; processes that culminated in decolonization, self-determination of peoples and independence. The OAU results from the friction of two groups of countries, Monrovia and Casablanca, which fought for the same objective: the end of colonization.

Keywords: Organization of African Unity. Story. Nationalism. African independence.

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor dos cursos de graduação em Relações Internacionais e Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
E-mail: ercilio.langa@gmail.com

RECEBIDO: 22/02/2020

APROVADO: 11/04/2020

1 Introdução

O artigo analisa os acontecimentos que contribuíram para a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. Para tal, faço uma contextualização histórica e político-econômica de fatos determinantes e inerentes aos processos de formação e desenvolvimento das nações africanas e à fundação da OUA. O artigo está estruturado em cinco segmentos. Na primeira parte, abordo o lugar de África e do Egito faraônico na geopolítica mundial, destacando as suas racializações pela historiografia ocidental. Destaco as inserções forçadas na modernidade ocidental europeia por meio da escravidão, destacando a contribuição de historiadores africanos como Cheik Anta Diop. No segundo tópico, faço uma releitura da Conferência de Berlim e seu significado para África. Já no terceiro, analiso a situação de África nas duas grandes guerras mundiais, a emergência do movimento pan-africano e do nacionalismo africano. No quarto item, abordo a inserção do continente africano na Guerra-Fria. Por último, descrevo a fundação da OUA a partir das independências africanas.

2 África e sua inserção na modernidade ocidental

Na inserção de África na geopolítica mundial destaca-se o lugar geográfico, climatérico, antropológico e social atribuído ao deserto do Sahara, o mais extenso do planeta. O deserto parece dividir o continente africano em duas regiões geográfica e socialmente distintas: a África do Norte cujos territórios apresentam clima semiárido ou desértico, habitados por populações islamizadas, majoritariamente de pele clara, falantes da língua árabe, constituída pelos países: Sahara Ocidental, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. A região também é designada pelo mundo ocidental como “África Branca”. E, a África Subsahariana, constituída pelas regiões central e austral do continente e seus territórios, sendo caracterizada por grandes florestas tropicais e clima mais ameno, com populações de origem bantu, de pele mais escura. É constituída por todos os países ao sul do deserto do Sahara e conhecida por “África Negra”.

Tais designações e divisões refletem a tentativa de racialização do continente africano, baseada no conceito de raça desenvolvido pela cosmovisão europeia ocidental, cujas ideias e posturas foram apropriadas por muitos africanistas. Apesar de adotada há séculos pela historiografia ocidental, parte dos historiadores africanos faz críticas à racialização e cisão do continente em “duas Áfricas”. Dentre os críticos, destaca-se Amadou M’Bow (2010), professor senegalês e antigo diretor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No prefácio do oitavo e último volume da obra *História Geral de África*, ele diz:

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método. Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma “África branca” e uma “África negra” que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Nubia e aquelas dos povos subsaarianos (M’BOW, 2010, p. XIX - XX).

Por outro lado, distintos autores argumentam que antes da colonização europeia os africanos não se identificavam a partir da cor da pele ou da raça, mas por diferenças étnicas e culturais. Essa perspectiva argumenta que a identificação racial foi inventada pelos europeus e, entre os africanos, tal identidade resulta dos processos de colonização e do contato com o “homem branco”. Ainda hoje em muitas sociedades africanas as identidades predominantes são a étnicocultural e a etnolinguística. Via de regra, historiadores europeus identificam mais a região norte de

África, particularmente o Egito faraônico, com o sul da Europa do que com o resto do continente africano. Nesse contexto têm sido levantados debates acerca de tal cisão histórico-antropológica, bem como sobre os métodos usados pela historiografia colonial europeia em suas pesquisas no norte de África. Nessa guerra de culturas correntes afirmam a influência da cultura afro-asiática sobre a Europa meridional, destacando-se o historiador Martin Bernal.

Bernal (1991) argumenta que a civilização clássica europeia tem origens afro-asiáticas e que os gregos se apropriaram de variadas descobertas e invenções científicas dos povos africanos. Nessa linha de pensamento africanista, a civilização ocidental estaria em débito no reconhecimento de suas origens africanas e asiáticas. Na discussão e suposição de que a civilização egípcia estaria mais próxima à Península Ibérica e à Europa Meridional do à África, dentre os estudiosos distingue-se Cheik Anta Diop, africano e homem de diversas formações: historiador, químico, arqueólogo, paleontólogo, etnólogo, linguista e egiptólogo.

3 A contribuição de Cheik anta diop

Diop (2010) demonstra a partir de métodos científicos – arqueologia egípcia, evidências da antropologia física, representações humanas do período, teste de dosagem de melanina, medidas osteológicas, grupos sanguíneos, escritos de historiadores clássicos da Antiguidade, dados culturais e afinidades linguísticas com outras línguas africanas como o *wolof* –, bem como da Bíblia livro sagrado dos povos cristãos, que as civilizações egípcias pré, proto e pós-dinastias faraônicas eram negras. Este egiptólogo advoga ainda que práticas como a circuncisão, o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura e os instrumentos musicais são de origem egípcia, tendo sido apropriadas pelas civilizações do Oriente Médio, bem como pelas europeias gregas e romanas. Argumenta que a ancestralidade africana da civilização egípcia dos faraós é negra e que a partir dela se originaram outras civilizações. Partindo da língua e da literatura egípcias antigas, afirma que a forma como os antigos egípcios viam a si próprios e que a categoria étnica

com a qual se designavam era “*km̄t*”, “*km̄et*” ou “*kamit*”. Na linguagem faraônica, literalmente, tal termo significa “*homens negros*” ou “*negros*”. O autor aponta a centralidade do Egito na cultura africana:

A estrutura da realeza africana, em que o rei é morto, real ou simbolicamente, depois de um reinado de duração variável – em torno de oito anos – lembra a cerimônia de regeneração do farão, através da festa de Sed. Os ritos de circuncisão já mencionados, o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura, os instrumentos musicais etc., também são reminiscências do Egito na cultura da África Negra. A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um *corpus* de ciências humanas africanas deve ter isso como base (DIOP, 2010, p. 43).

Ele continua a sua análise acerca do debate racial e do apagamento da contribuição africana no desenvolvimento da humanidade e da ciência com uma provocação ao mundo Ocidental.

Assim, escreveu-se no Cairo uma nova página da historiografia africana. O simpósio recomendou que se fizessem novos estudos sobre o conceito de raça. Tais estudos têm sido realizados desde então, mas não trouxeram nada de novo à discussão histórica. Dizem-nos que a Biologia Molecular e a Genética reconhecem apenas a existência de populações, e que o conceito de raça já não tem qualquer significado. No entanto, sempre que aparece alguma questão sobre a transmissão de doenças hereditárias, o conceito de raça, no sentido mais clássico do termo, reaparece, pois, a Genética nos ensina que “a anemia falciforme ocorre apenas entre os negros”. A verdade é que todos estes “antropólogos” já esquematizaram em suas mentes as conclusões derivadas do triunfo da teoria monogenética da humanidade, sem ousar dizê-lo explicitamente, pois, se a humanidade teve origem em África, foi necessariamente negroide antes de se tornar branca através de mutações e adaptações, no final da última glaciação na Europa, no Paleolítico Superior (DIOP, 2010, p.35 - 36).

Na sua ótica, a importância do Egito enquanto civilização negra, a sua arte, escrita e ciências não podem ser isoladas de seu contexto africano. A existência de uma história e de ciências humanas negro-africanas estão apoiadas em bases sólidas. A redescoberta da verdade sobre o passado dos povos africanos não deverá ser motivo de divisão, mas de união e estreitamento de laços de norte a sul do continente africano. Ademais, distintos historiadores mostram a origem e as influências africanas nas ciências e nas artes mundiais, tendo sido apropriadas por outros povos e sendo tidas hoje como invenções ocidentais e europeias. Tais origens e influências negras têm sido apagadas da história, particularmente a partir da escravidão racial de africanos em todos os continentes.

4 A escravidão racial de africanos pelo mundo

Historiadores e especialistas africanos apontam que a entrada de África na Modernidade se deu através do comércio de africanos como escravos para a Europa e as Américas. De acordo com Inikori (2010), sempre houve de forma isolada a venda de escravos oriundos da África Subsaariana para o Mediterrâneo Antigo, Europa Meridional, Oriente Médio e até algumas regiões da Ásia. “Tal comércio durou vários séculos, haja vista que somente se extinguiu no começo do século XX. Todavia, as ‘quantidades’ anuais, assim exportadas, nunca foram relevantes” (2010, p. 91). Já Ki-Zerbo (1972a) salienta que o tráfico de escravos não foi uma ação premeditada dos europeus. Os portugueses, primeiros navegadores europeus a chegar aos territórios africanos, partiam para “a rota das Índias” à procura de especiarias: pimenta, pimentão, canela, gengibre, mas também tecidos preciosos, seda e índigo. Quando os europeus chegaram à África, o tráfico de escravos era prática corrente nas cortes africanas.

Tais práticas não se limitavam apenas à África. Por toda a parte, na Idade Média, a escravatura era o sinal de um certo estágio da evolução socioeconômica. A palavra *escravo* provém, como se sabe, do fato de serem em particular os Eslavos da Europa central vendidos na Idade Média. Vimos também que estavam ao serviço do imperador do Mali

escravos brancos. A escravatura estava em uso em África e distinguiam-se no conjunto os escravos domésticos e os escravos de guerra, que acabavam por se ir juntar à primeira categoria ao fim de algum tempo. A verdade é que nas regiões de África em que a evolução econômica estava avançada, como em torno dos centros urbanos de Jena e Tombuctu, a escravatura tomara caráter de acentuada exploração. [...], Mas, por um lado, esses escravos viviam com suas famílias. Eram sobretudo servos ligados a domínio. Além disso, este caso era uma exceção muito localizada no tempo e no espaço. Em geral, em África, o escravo era muito rapidamente integrado na família (KI-ZERBO, 1972a, p. 265).

A escravatura existia e era praticada por africanos e árabes que comerciavam nas costas do continente. Entretanto, foi com a entrada em cena dos europeus e de seus navios negreiros – munidos de equipamento especial de ferro, de fixações, de correntes, de cobertas e de falsas cobertas para dominar e armazenar carga humana – que o comércio de africanos tomou proporções genocidas. A partir do século IX, ocorre o desenvolvimento da exportação de escravos provenientes da África Negra para o resto do mundo. O comércio teve uma mudança importante no continente africano a partir de 1492, com a “descoberta” das Américas.

Por outro lado, a partir do momento em que o Novo Mundo, após a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, abriu-se à exploração europeia, um tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores, se superpôs ao antigo tráfico: trata-se do tráfico transatlântico de escravos, praticado do século XVI até meados do século XIX. Os dois tráficos perpetuaram-se simultaneamente durante quase quatro séculos e arrancaram milhões de africanos de sua pátria. Até hoje, o papel desse comércio no desenrolar da história mundial ainda não foi devidamente evidenciado (INIKORI, 2010, p. 91).

Europa Ocidental, Américas, Antilhas e outras zonas circunvizinhas receberam escravos africanos, cuja mercantilização utilizou-se principalmente do oceano Atlântico como espaço de

navegação e comércio, criando nele uma ordem econômica coesa. Para Inikori (2010), “o tráfico de escravos da África teria sido um fator primordial para o advento da ordem econômica atlântica do século XIX” (2010, p. 95). O período entre 1880 e 1935 foi crucial para o continente africano, pois ocorreram mudanças que afetaram o futuro dos africanos. As duas datas são simbólicas, porque correspondem à realização da Conferência de Berlim e à ocupação da Etiópia, cujo rei resistia às investidas europeias sendo o último país africano a ser colonizado.

5 A conferência de Berlim: divisão e ocupação da África

De novembro de 1884 a fevereiro de 1885 foi realizada na Alemanha a Conferência de Berlim, na qual as principais potências imperialistas europeias decidiram a partilha dos territórios de África. A proposta inicial da convocatória da Conferência era resolver os conflitos territoriais criados pelas explorações das potências europeias na região do Congo, bem como a criação de mecanismos para a abolição do tráfico de escravos, dentre outros ideais humanitários visando o bem-estar dos povos africanos. Porém, após a notícia de que a reunião seria realizada a corrida à África intensificou-se. A Conferência terminou por distribuir territórios africanos e aprovar resoluções sobre a livre navegação nos rios Congo e Níger.

Assim, Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica, Espanha e Portugal dividem e esquadrinham os territórios africanos, conforme seus interesses políticos e econômicos, determinando a ocupação efetiva do continente. A ocupação e a divisão dos territórios africanos não levaram em conta a ordem histórica, política e étnica dos povos nativos que muitas vezes foram divididos ao meio por meio de fronteiras físicas artificiais, com consequências amargas até os nossos dias.

A Conferência de Berlim determinou a ocupação efetiva do continente africano pelas potências europeias, bem como estabeleceu regras e modalidades de “apropriação legal” dos territórios africanos e o direito de conquista dos Estados europeus sobre tais possessões: essas foram as principais consequências da conferência para África.

Até 1880, cerca de 80% do território do continente africano era governado por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. Apenas algumas áreas bastante restritas do continente estavam sob dominação direta de europeus. Dessa forma, entre 1880 e 1910, em um período de trinta anos, ocorrem as mais espetaculares e trágicas mudanças para o continente africano, caracterizadas pela conquista e ocupação militar de seus territórios pelas potências europeias e consequente instauração do sistema colonial (BOAHEN, 2010a; 2010b). Os anos subsequentes foram caracterizados pela consolidação e exploração desse sistema.

De acordo com Boahen (2010a), com a exceção da Libéria e da Etiópia, o continente africano viu-se submetido à dominação das potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, muito mais extensas do que as formações políticas pré-existentes e, muitas vezes, pouco relacionadas com elas. A dominação europeia não era apenas militar e político-econômica, mas também cultural, o que culminou com a extinção demográfica de diversos povos e grupos etnolinguísticos, bem como de valores e práticas culturais africanas consideradas retrógradas ou que dificultavam a influenciam europeia.

6 Libéria e Etiópia

Se a maioria dos países africanos alcançou sua independência e autonomia política a partir da década de 60 do século XX, a Libéria e a Etiópia constituem duas exceções. As duas nações resistiram durante séculos à dominação europeia sem serem colonizadas. Entretanto, sofreram com a dominação político-econômica europeia, vivenciando crises que desencadearam guerras civis.

Fundada por escravos negros vindos dos Estados Unidos, que mais tarde se transformaram na elite política em oposição às populações nativas, a Libéria proclamou sua independência em 1847. A Libéria serviu como “campo de experiência” do modelo norte-americano que sempre influenciou os destinos dessa nação africana. Nos anos finais do século XX, vivenciou uma guerra civil

por conta de convulsões internas entre a elite negra norte-americana e as populações nativas africanas.

Já a Etiópia experienciou por alguns anos – no contexto da emergência da II Guerra Mundial – tentativas de colonização italiana e várias intervenções britânicas. Décadas mais tarde, a Etiópia viveria convulsões políticas que culminariam com a deposição do rei Hailê Selassiê e intervenção de tropas cubanas em seu território. Diante do colonialismo europeu, reis e líderes africanos resistiram, decididos a manter seu *status quo*, tentando assegurar as suas independências. Além da defesa militar e de convocações de sublevações contra o colonizador, a religião foi uma das armas utilizadas contra o imperialismo europeu. Graças à Revolução Industrial e a seus artefatos tecnológicos que conferiam superioridade militar às suas tropas – o navio a vapor, ferrovias, a metralhadora e outras invenções –, os europeus levavam vantagens nessas investidas contra as nações africanas.

Os africanos não estavam cientes de que os arcos e as flechas, as lanças e as espingardas que usavam estavam defasadas em relação à Europa. Muitos reis e reinos africanos foram exilados ou mortos, perdendo a soberania sobre seus territórios. Após quatro séculos de colonização europeia e de tráfico de africanos para serem escravizados em diversos países dos continentes europeu, norte-americano e latino-americano, o século XIX trouxe alguma esperança para o continente africano: o movimento abolicionista da escravatura. Esse era um movimento europeu, essencialmente britânico, protestante, curioso e com algum espírito científico.

Relativamente ao movimento abolicionista, Ki-Zerbo (1972a) explicita que não se tratava apenas do espírito humanitário e generoso que impelia os europeus para a abolição da escravidão e do genocídio de milhões de africanos, mas interesses econômicos capitalistas decorrentes da Revolução Industrial britânica e suas necessidades de expansão de mercados consumidores. Os africanos já não eram vistos apenas como mão de obra barata, mas também como consumidores em potencial.

A invasão e a partilha do continente africano pelas potências europeias, ao longo dos séculos, deveram-se à ordem econômica, pois a avançada industrialização de países europeus exigia a

defesa de seu poderio agrícola e industrial diante de países como os Estados Unidos e a Rússia, cujos produtos chegavam a fazer concorrência aos produtos europeus. Tratava-se de fixar a regra do jogo e de disciplinar a luta de interesses nos territórios africanos, assegurando o monopólio em regiões produtoras de matérias-primas, assim como mercados para os produtos manufaturados (KI-ZERBO, 1972a).

Nesse cenário, a Conferência de Berlim serviu para enunciar regras muito simples: a ocupação do litoral não bastava para reivindicar as terras do interior, que deveria acontecer com notificação às potências. É nessa conferência que as bacias dos rios Congo e Níger são declaradas zonas livres ao comércio internacional – desencadeando a “corrida para a África” –, o principal ato do imperialismo/colonialismo europeu. Nos trinta anos seguintes, as potências europeias se apoderaram de todo o continente, ocupando seus territórios. Percebe-se que a configuração sócio-histórica do continente africano foi marcada por processos de dominação colonial e violência por parte das potências europeias, ao longo dos séculos.

7 As duas guerras mundiais e suas expressões em África

Com a eclosão da I Guerra Mundial em 1914, a guerra europeia em África foi essencialmente protagonizada por africanos na condição de soldados e carregadores, cujo papel nunca foi reconhecido. A primeira Grande Guerra foi um conflito entre as potências europeias, na qual o continente africano viu-se direta e indiretamente envolvido porque estava sob dominação dos contendores. Embora as batalhas travadas no continente exercessem influência marginal no curso do conflito mundial, suas repercussões foram drásticas para os africanos (CROWDER, 2010).

A primeira e imediata consequência para o continente africano foi a invasão das colônias alemãs em África pelos países aliados. Ao fim do conflito os aliados dividiram as possessões alemãs entre si como despojos de guerra. No total, mais de dois milhões e meio de africanos – cifra que corresponde a bem mais de 1% da população do continente – participaram, de uma forma ou de outra, do esforço da guerra (CROWDER, 2010). A derradeira consequência

da guerra foi a consolidação das posições das potências coloniais europeias e sua soberania sobre as populações africanas.

O período entre as duas guerras mundiais é designado de “idade de ouro” do colonialismo europeu em África. Além das consequências políticas, econômicas e sociais, a guerra afetou a vida de milhões de homens e mulheres africanos deslocados de suas aldeias para milhares de quilômetros. A guerra também despertou novos horizontes para milhares de africanos, particularmente, aqueles que pertenciam às elites, favorecendo o despertar dos movimentos nacionalistas contra o poder colonial. Ao mesmo tempo, tal período foi bastante fértil para a emancipação dos africanos pois coincidiu com uma grande movimentação e atuação da diáspora africana contra a colonização europeia, constituindo a gênese do pan-africanismo. Enquanto os africanos eram subjugados e suas vozes sufocadas pela colonização europeia porque não estavam em condições de falar por si, foram os afro-americanos e os negros antilhanos que reivindicaram os direitos dos africanos. Sempre houve relações históricas dinâmicas entre o continente africano e suas diásporas, formadas pelos sobreviventes do tráfico de escravos e afrodescendentes.

Foram os intelectuais negros diaspóricos e os africanos estudantes na Europa – na França e na Grã-Bretanha – e nos Estados Unidos que defenderam o direito à autonomia e o de os africanos disporem de si próprios. Havia uma solidariedade internacional entre os afro-americanos e afro-antilhanos para com os africanos. Entre os negros americanos, havia a ideia comum de necessidade de “salvamento” da África a provocar a emancipação dos negros e a demonstrar suas capacidades de se autogovernarem e contribuir para a civilização mundial. Essa ideia impôs-se na diáspora e alavancou o nascimento dos movimentos negros internacionais para a libertação de África que, mais tarde, deu forma ao pan-africanismo.

8 O *indirect rule* e o despertar dos movimentos

Oloruntimehin (2010) argumenta que grande parte das colônias africanas criadas pela ocupação europeia abrigava grupos

nacionais cultural e historicamente distintos, cuja unidade fundava-se no fato de estarem submetidas ao domínio estrangeiro. Tal situação colonial forjou identidades novas na luta contra as atrocidades da dominação racial europeia e seu sistema que impunha seus valores, nomes, evolução política e social.

O colonialismo europeu sobreviveu graças à difusão da cultura do colonizador por meio da educação, criando elites no seio das populações colonizadas. Os membros das novas elites africanas, bem como os chefes tradicionais acreditavam que seriam absorvidos e aceitos como colegas pelos colonizadores.

Algumas dessas estruturas locais foram aproveitadas pela administração colonial europeia como o *indirect rule* britânico e francês, um sistema de administração indireta cujo poder colonial usava as estruturas tradicionais locais – *chefes tradicionais, régulos, sobas, warrant chiefs, native authorities, chefs de paille* – para melhor administrar os territórios africanos. Nessas possessões, as autoridades tradicionais africanas não foram banidas com o sistema colonial, mas sim reutilizadas como subalternos a favor dos colonizadores. Na realidade, os reis e chefes tradicionais desses territórios reinavam, mas não tinham poder.

O *indirect rule* constituía mais uma encarnação da dominação colonial a submeter os africanos. A própria situação e os Estados coloniais os oprimiam, pois os africanos eram colocados em posições inferiores às dos europeus mesmo que tivessem formação e experiência equivalentes. O mesmo acontecia com os chefes tradicionais africanos que estavam em posição ambígua, muitos dos quais haviam perdido poder real, posição e prestígio social. Nesse período apenas a Etiópia havia logrado resistir à colonização europeia e mantinha-se independente.

Ki-Zerbo (1972b) argumenta que o período colonial constituiu uma fase histórica na qual o nacionalismo domesticado ou esmagado só se podia exprimir sob a forma de revolta. Em todo o continente surgiram questionamentos aos estatutos de colônias e protetorados com que os países africanos eram designados pelas potências europeias. O questionamento foi feito por associações de profissionais e sindicatos africanos ligados a indústria, pesca e portos. Ao mesmo tempo, crises econômicas atingiram os

territórios africanos muito dependentes das economias das metrópoles europeias, até à eclosão da II Guerra Mundial. As crises pré-guerra deram origem a diversos nacionalismos africanos que surgiram a partir de movimentos sindicais, associações culturais, fundadas na etnia ou no parentesco, dentro do continente e das elites intelectuais formadas na Europa.

Em África, certas categorias sociais estavam mais sensibilizadas com os problemas gerais e acabaram tornando-se intérpretes naturais e catalisadores das aspirações das massas: os sindicatos e os intelectuais. O autor reconhece que os movimentos sindicais se desenvolveram tardiamente em África por conta do atraso na industrialização inerente ao sistema colonial. Somente em 1930, o movimento sindical emerge no continente (KI-ZERBO, 1972b).

No contexto do colonialismo europeu, o proletariado africano tanto urbano como rural foi mantido no mais baixo nível de vida compatível com a mera subsistência, por meio de diversos sistemas de espoliação, imposições, restrições e baixos salários, destinados a assegurar mão de obra barata e abundante para os seus empreendimentos (COMITINI, 1980).

Tal sistema tinha como base a ocupação de terras aráveis por fazendeiros e companhias europeias, com a consequente expulsão da família rural africana para as “reservas”, insuficientes em recursos de água, qualidade do solo etc. Não obtendo rendimentos suficientes para a sua manutenção nas reservas, as famílias africanas migravam para fazendas dos europeus, minas e cidades em busca de trabalho assalariado, cumprindo assim os objetivos do colonizador em suas múltiplas formas de dominação. Muitas das vezes, o salário pago pelo europeu foi calculado para manter o africano o maior tempo possível como empregado e suficiente apenas para a sua reprodução e sobrevivência.

Enquanto os empregados e operários africanos alcançavam a consciência nacionalista através da dura experiência das relações do trabalho, os intelectuais chegavam também a essa consciência pela experiência da alienação cultural (KI-ZERBO, 1972a).

Foram as duras e miseráveis condições de vida das populações africanas que instigaram estudantes e intelectuais africanos na Europa e negros norte-americanos para a denúncia e as lutas

que antecederam o nacionalismo africano. Assim, os intelectuais africanos irão encontrar-se com escritores antilhanos, afro-americanos e malgaxes, denunciando, por meio de obras literárias, as condições dos negros nos seus territórios – os quais vivenciavam uma condição servil, privados de direitos civis, políticos e econômicos.

9 Negritude e pan-africanismo

Nesse contexto, Du Bois escreve a obra *As almas da gente negra*, uma coletânea de textos literários, na qual questionava: como nove milhões de negros americanos poderiam viver em uma terra privados de direitos sociais, civis e político-econômicos básicos e impossibilitados de se integrarem livres e iguais na sociedade norte-americana (DU BOIS, 1999)? Por sua vez, Price-Mars publicava em 1928, *Ainsi parla l'oncle: essai d'ethnographie*, exaltando o continente africano e seus povos.

Em 1930, o poeta martinicano Ettiënne Léro funda um jornal literário intitulado *Légitime Défense*, por meio do qual se discutia o racismo a partir de análise marxista e surrealista. Já René Maran, das Ilhas Martinica, publicou em 1921 a novela *Batouala: um verdadeiro romance negro*, obra em que pela primeira vez aparece a palavra *negritude*. Com a obra, no mesmo ano Maran é agraciado com o prêmio Goncourt de língua francesa.

Negritude foi o nome dado à corrente literária que agregou escritores negros francófonos e propagava uma ideologia de valorização da cultura negra nos países africanos e em outros continentes com populações afrodescendentes alvo do colonialismo. Anos mais tarde, em 1935, a noção de *negritude* viria a ser apropriada por Aimé Césaire no número 3 da Revista *L'Étudiant Noir* e posteriormente retomada por Leopold Senghor. Em 1938, Aimé Césaire escreveu e publicou em 1947, o grande canto negro *Cahier d'un retour au pays natal*. Ao usar o conceito de *negritude*, Césaire pretendia reivindicar a identidade negra e sua cultura perante a cultura francesa, então dominante nas colônias (CÉSAIRE, 2010).

Na sua ótica, *negritude* significava repulsa diante da assimilação cultural, da imagem do negro tranquilo incapaz de construir

uma civilização. Enquanto isso, Senghor opunha os valores culturais da África Negra (emoção e negritude) à razão helênica (grega e ocidental), assumindo a negritude como dimensão identitária.¹ É nesse contexto de confrontação do colonialismo que se organizam os primeiros congressos pan-africanos, quase todos realizados em capitais europeias (CÉSAIRE, 2010).

De acordo com Comitini (1980), em 1919, realizou-se o I Congresso Pan-Africano em Paris logo após o término da I Guerra Mundial, contando com a participação de deputados africanos que ocupavam lugares no parlamento francês e mais 57 delegados negros, oriundos das diversas colônias francesas e britânicas, dos Estados Unidos e das Antilhas. O Congresso foi proposto por Du Bois que reclamava o direito de os negros disporem de si mesmos e terem direitos iguais aos dos brancos, conforme o princípio proclamado pelo presidente progressista norte-americano Woodrow Wilson, que governou os EUA entre 1913 e 1921. O evento ocorreu em um clima de tensão por conta da onda de linchamentos de homens negros na sociedade norte-americana que, em 1919 chegava a 83 negros linchados.

Já o II Congresso Pan-Africano aconteceu em Londres em 1921, contando com a presença de 130 delegados, 41 dos quais provenientes dos territórios africanos e 35 dos EUA. Mais uma vez, Du Bois pediu o reconhecimento de direitos iguais entre negros e brancos. Por sua vez, o III Congresso Pan-Africano decorreu em 1923 mais uma vez em Londres, contando com um grupo organizado de intelectuais negros que formavam a Liga Africana, mas não fez muitos progressos. Por conta disso foi realizada uma segunda sessão em Lisboa, na qual Du Bois pediu o abrandamento dos trabalhos forçados nas colônias portuguesas.

O IV Congresso Pan-Africano realizou-se em Nova Iorque em 1927, contando com a presença de 208 delegados oriundos de uma dezena de países. É nesse Congresso que o pan-africanismo começa a tomar a forma de uma doutrina, reivindicando o direito

¹ Leopold Senghor desenvolve a negritude como um movimento cultural que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia e sua civilização tiveram sobre as tradições africanas.

de os africanos fazerem ouvir sua voz junto às metrópoles europeias. O evento proclamou os direitos dos africanos aos territórios africanos e seus recursos, à justiça adaptada às condições locais que incluísse juízes africanos, à educação, bem como o fim da escravidão e do comércio do álcool (COMITINI, 1980).

Assim, surge um movimento de solidariedade aos negros descendentes de africanos nos EUA e nas Antilhas Britânicas e Francesas que, mais tarde, ficaria conhecido como *Pan-Africanismo*, com Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta na Grã-Bretanha, Du Bois e Marcus Garvey nos EUA, George Padmore das Antilhas Britânicas, Price-Mars do Haiti e posteriormente, Leopold Senghor e Aimé Césaire, na França.

10 O nacionalismo africano

Em 1939 eclodiu a II Guerra Mundial e mais uma vez milhões de africanos foram convocados ao teatro de operações militares, participando na guerra. A guerra causou dificuldades econômicas e sociais aos territórios africanos, dentre as quais o freio dos nacionalismos crescentes. Enquanto isso surgem na Europa e EUA, organizações culturais fundadas por estudantes e intelectuais africanos que contestam o colonialismo europeu.

A Guerra transformou o continente africano num campo estratégico privilegiado do conflito mundial, acelerando o despertar do nacionalismo nas colônias em África e propagando entre os estudantes e intelectuais africanos na diáspora na Europa uma mentalidade anticolonial. De acordo com Ki-Zerbo (1972b), centenas de milhares de negros participaram nessa guerra em regiões e países nos três continentes. Os africanos que haviam participado da guerra voltaram aos seus países de origem com a experiência do conflito. Eles perceberam que os europeus não eram superiores aos africanos, que eram tão humanos quanto eles e detentores das mesmas fraquezas. Enfim, descobriram o seu próprio valor.

Foi essa, para centenas de milhares de negros, a ocasião de uma descoberta brutal do homem branco, na sua verdade, sem máscara imperial nem ouropéis proconsulares. Os Brancos trabalhavam com as suas

mãos. Suavam. Tinham relações carnis. Atormentava-os a fome e a sede como a qualquer outro, havia os que tremiam de medo, os que torturavam, os que traíam e os que se matavam uns aos outros com raiva. Certos deles eram heróis. «Os Negros não são melhores nem piores que os homens das outras regiões do globo», escrevia com serenidade David Livingstone. E esta simples frase, revolucionária no século XX, tomava em 1942 um sentido límpido e cru para milhões de africanos (KI-ZERBO, 1972b, p. 158).

O conflito mundial demonstrou aos africanos as contradições existentes entre as potências coloniais europeias, entre germânicos e não germânicos, fascistas e não fascistas, comunistas e não comunistas. Os europeus confundidos em África na dominação e na superioridade colonial revelaram-se verdadeiros lobos uns contra os outros, se discriminando e se desprezando. Os soldados africanos que participaram na guerra foram os primeiros artesãos do nacionalismo africano. Com o término da guerra, surgiram diversos movimentos independentistas e partidos políticos em toda África. A Europa estava enfraquecida e não pôde conter os nacionalismos e o crescente desejo de independência dos países africanos:

A guerra certamente desempenhou um papel ao enfraquecer as potências imperiais. A França fora humilhada pelos alemães e a sua derrota contribuiu para a destruição do mito da sua invencibilidade imperial. A Grã-Bretanha saiu empobrecida e esgotada da guerra durante a qual ela perdera, inclusive, a vontade de conservar o domínio sobre um império demasiado vasto. Somente pouco mais de dois anos, após o fim do conflito mundial, ela foi obrigada a separar-se da “mais brilhante joia da Coroa britânica”, o império das Índias. A guerra também contribuiu para reforçar o papel planetário dos Estados Unidos e da União Soviética, cujas sombras se projetavam doravante muito além do universo da Europa imperial. Cada qual a sua maneira, as novas superpotências iniciaram uma pressão junto aos primeiros colonizadores, os europeus, com o intuito de conduzi-los a dismantelar os seus impérios

(as superpotências possuíam seus próprios objetivos imperialistas para o pós-guerra) (MAZRUI, 2010, p. 133).

Além do papel desempenhado por sindicatos e intelectuais africanos, bem como de afro-americanos e antilhanos radicados em diversos países europeus, cabe destacar o papel desempenhado por jovens, mulheres, associações culturais, jornais, revistas literárias, diversas conferências e congressos com suas resoluções para a emergência e desenvolvimento dos nacionalismos africanos.

O fim da II Guerra Mundial e a derrota da Alemanha fizeram cair por terra a ideia da pureza racial e hegemonia cultural do europeu sobre os outros povos. Além disso, emergiu nos africanos que participaram da guerra um sentimento de que a liberdade não era um privilégio europeu, mas sim um objetivo universal. A consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o discurso contra o colonialismo e a favor da autodeterminação dos povos colonizados criam uma atmosfera política anticolonial que favoreceu a emergência de movimentos nacionais de libertação.

A partir de 1945, iniciam pressões internacionais contra a colonização e a favor da autodeterminação dos povos africanos e asiáticos. Ao final da guerra, as atividades dos nacionalistas africanos radicalizaram-se com a realização do V Congresso Pan-Africano em Manchester, na Grã-Bretanha. Tal congresso organizado por W. Dubois contou com sessões dirigidas por intelectuais africanos como: Kwame Nkrumah, J. E. Taylor, Ako Adjei e R. G. Armattoo, todos do Ghana; George Padmore de Trindade e Tobago; Obafemi Awolowo, H.O. Davies e Jaja Wachuku, da Nigéria; Jomo Kenyatta do Quênia; Hastings Banda do Malawi; Pierre Miliard das Guianas Francesas; T.R. Makonen das Guianas Inglesas e; Peter Abrahams (COMITINI, 1980).

Nesse evento os africanos denunciaram como questões-chave: as divisões territoriais do continente criadas pela colonização europeia; a ocupação das principais terras aráveis nos territórios africanos; a exploração econômica destinada a desencorajar a industrialização e; a instalação de colonos europeus nas terras cultiváveis em África. Os delegados do Congresso comprometeram-se a lutar contra o analfabetismo e a subnutrição, assim como

pelos direitos sindicais e pela criação de cooperativas de produção. Pela primeira vez os africanos reclamaram a “independência total e completa” e uma “África unificada” com base em uma economia socialista. Entretanto, o congresso contou apenas com a participação de representantes das colônias da região ocidental do continente. Nenhum africano originário das colônias francesas e portuguesas participou dele.

11 A *présence africaine*

Nesse cenário, em 1947 é criada a revista *Présence Africaine* pelo senegalês Alioune Diop, que se transformou num movimento cultural prosseguindo com a tradição de Du Bois e dos congressos pan-africanos. A revista, cujos números saíam simultaneamente em Paris e Dakar teve um efeito explosivo, congregando jovens intelectuais negros de todas as partes do mundo. A *Présence Africaine* recuperou a noção de negritude, explorando-a de diversas formas. A revista congregava escritores africanos e europeus comprometidos com as lutas emancipadoras, como Emmanuel Mounier, Jean-Paul Sartre, Albert Camus e André Gide.

Em 1952 saiu um número especial da *Présence Africaine*, discutindo a questão dos estudantes africanos universitários na Europa, demonstrando a ausência de estudantes das colônias belgas e portuguesas em África nesse movimento. Nas suas políticas coloniais em África, Bélgica e Portugal só enviavam à Europa estudantes africanos escolhidos com muito cuidado e em número escasso até 1956. Por essa razão, os intelectuais dessas colônias africanas desempenharam papel tardio na emancipação de seus territórios (KI-ZERBO, 1972a).

Nessa conjuntura, cabe destacar o VI Congresso Pan-Africano que ocorreu em 1953 no Ghana, o primeiro congresso a realizar-se em território africano. Nesse momento, apenas três territórios africanos haviam alcançado a independência: Libéria, Etiópia e Egito. É nesse congresso que surgem divergências emergiram duas perspectivas distintas do pan-africanismo: o bloco de Casablanca e o bloco de Monróvia. O primeiro bloco surgido de uma reunião na capital marroquina era liderado por Kwame Nkrumah e outros

líderes considerados radicais como Gamal Abdel Nasser e Ahmed Sekou Touré, sendo constituído por países como Argélia, Egito, Etiópia, Líbia, Guiné-Conakry, Mali, Marrocos, Sudão e o governo provisório da Argélia, defendia a dissolução das fronteiras coloniais fruto da Conferência de Berlim, a unificação políticoeconômica do continente e a constituição de uma organização política continental, os Estados Unidos de África, com um exercito próprio para combater a colonização branca.

Já o bloco oposto, o de Monróvia, liderado pelo costa-marfinense Félix Boigny e Leopold Senghor, constituído por países como Benin, Camarões, Costa do Marfim, Congo-Belga, Gabão, Libéria, Madagascar, Mauritânia, Níger, República Centro-Africana, Senegal, Serra-Leoa, Burkina-Faso, defendia uma unidade africana baseada na manutenção das fronteiras definidas em Berlim considerando-as intocáveis, a soberania dos Estados independentes, a não-ingerência nos assuntos de cada Estado e a cooperação com as potências coloniais, sendo por isso, acusado pelo primeiro de ser subserviente aos interesses neocoloniais da Europa e EUA.

Em 1955 a *Présence Africaine* promoveu na Sorbonne o I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros com o tema "racismo e cultura", que contou com a participação de Leopold Senghor, Jean Price-Mars, Richard Wright, Aimé Césaire e Jacques Rabemananjara. Nesse momento, a ideia de negritude alcançava o seu auge, recusando a assimilação cultural.

A 6 de Março de 1957, triunfa o Pan-Africanismo com a independência do Ghana, a primeira nação africana a obter a independência do colonialismo europeu. Ao tornar-se independente, Ghana foi um dos países mais batalhadores em prol da descolonização. Nos anos subsequentes, no início da década de 1960, dezenas de países africanos alcançam suas independências, destacando-se: Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo-Kinshasa, Congo-Brazzaville, Gabão, Gâmbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal e Somália. Aliado a esse contexto, a criação da ONU em 1945 também contribui para o processo de independência dos países africanos e asiáticos.

12 África na Guerra-Fria

Os EUA e a URSS cujo poderio industrial crescera de maneira prodigiosa com a II Guerra Mundial iniciavam a competição mundial bipolar nos planos político, econômico e ideológico, com propaganda e apoio político-econômico às ações dos movimentos africanos anticolonialistas. Os EUA, que sempre direcionaram sua perspectiva imperialista para a América Latina, encaravam os problemas africanos com uma atitude “liberal”, como herança da tradição anticolonial de suas próprias origens políticas e das lutas pelos direitos civis.

Nessa suposta perspectiva liberal, os EUA defendiam uma política idealista do direito de os povos disporem de si mesmos, propondo a administração das colônias por um organismo internacional até a independência. Mais tarde, ficou claro que tal pretensão norte-americana tinha objetivos puramente econômicos e militares na sua disputa com a Europa e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por zonas de influência geopolítica e econômica.

A URSS tinha uma política anticolonial assentada em bases mais sólidas, inspirada nas críticas de Karl Marx e Lenine ao imperialismo, apoiando a luta dos povos oprimidos. O anticolonialismo soviético apresentava-se não apenas como uma tarefa de libertação, mas também como uma contribuição para a paz mundial (KI-ZERBO, 1972b).

As duas potências mundiais se encontravam num confronto bipolar a circunscrever a Guerra Fria viam em África, particularmente a região subsahariana, como um ponto estratégico para a difusão de suas ideologias. A Guerra Fria apresentou-se fria na Europa e EUA, mas quente em África. África tornara-se um dos principais palcos dessa guerra, que se manifestou via influência político-ideológica, bem como pela presença militar de soldados e mercenários das potências mundiais.

A guerra acelerou a propagação, na Europa e na África, de uma mentalidade anticolonial que tornou rapidamente caduco um regime desde sempre considerado intocável. Amplamente solicitados e empregados fora do continente, os africanos trouxeram-lhe novas

ideias, formuladas a partir dos seus contatos com os europeus e os asiáticos. O mito da superioridade branca estava definitivamente abalado; as elites africanas encontravam-se prontas a assimilar o interesse da propaganda anticolonial soviética ou norte-americana (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 337).

Muitos africanos haviam saído do continente para estudos nos EUA, onde foram matriculados em escolas e universidades destinadas à população negra, sendo influenciados pelas missões religiosas protestantes americanas com propaganda política anticolonial. Tais estudantes africanos estabeleciam relações com movimentos sociais e religiosos afro-americanos e retornavam a seus países com ideias anticolonialistas, incitando milhares de compatriotas a cursarem escolas, missões e universidades norte-americanas.

Muitos estudantes estiveram em contato com afro-americanos que lutavam pelos direitos civis da população afro-americana, como Frederick Douglass, Booker Washington, Marcus Garvey e William Dubois. Dentre milhares de estudantes africanos que regressaram dos EUA, destacam-se Kwame Nkrumah do Gana; Eduardo Mondlane de Moçambique e; Kamuzu Banda do Malawi. As campanhas de evangelização encetadas pelas missões religiosas protestantes norte-americanas em África acabaram servindo de trampolim para revoluções educacionais e políticas de milhares de africanos. É dessa leva de africanos para os EUA e do contato desses com intelectuais negros americanos que nasceu o movimento Pan-Africano que, desempenhou papel importante na luta pelas independências em África e, após as independências tornou-se um fato histórico internacional. Em 1950, encontravam-se nos EUA cerca de 700 estudantes africanos frequentando universidades para negros, convivendo com uma expressiva manifestação do pensamento e das lutas anticoloniais.

A URSS, potência europeia que não havia participado do processo de colonização do continente africano, tinha uma clara posição anticolonial. Há muito tempo que a URSS vinha mostrando solidariedade e apoiando política e militarmente os movimentos independentistas africanos e asiáticos de esquerda que simpatizavam com o comunismo. Muitos quadros desses movimentos

receberam treinamento militar, político e ideológico, verificando-se igualmente difusão de material de guerra e até a presença de soldados dessa potência mundial do leste europeu nos territórios africanos. Após as independências, boa parte dos Estados africanos aderiu ao socialismo, que parecia muito próximo à realidade das sociedades africanas tradicionais.

De acordo com Comitini (1982), o movimento marxista-comunista tem uma longa história em África, sendo o Partido Comunista da África do Sul (SACP), fundado em 1921, o primeiro partido nele inspirado. Mais tarde, foram fundados partidos comunistas em Ghana, Egito, Argélia, Tunísia, Marrocos, Sudão, Senegal e Nigéria. Em 1939, havia cerca de 5.000 africanos inscritos em partidos comunistas e, em 1971, mais de 60.000 inscritos. Na África Austral – último reduto colonial no continente –, países como Zâmbia, Tanzânia, Angola, Moçambique, Namíbia, Zaire, Madagascar e Ilhas Comores foram governados por partidos proclamados socialistas, após suas independências, entre os anos de 1960 e 1990, embora nem todos se definissem como comunistas.

13 As independências africanas e a criação da OUA

Em 1955, realizou-se a Conferência de Bandung na Indonésia, cujo tema era a luta contra a colonialismo. Com a participação de 25 países entre africanos e asiáticos, a conferência estimulou as lutas por independência no continente africano e asiático. A conferência foi organizada pelo movimento de solidariedade entre países africanos e asiáticos que sofreram com a colonização europeia, sob patrocínio de personalidades políticas intelectuais e científicas da esquerda europeia e com apoio financeiro da China (COMITINI, 1980).

A carta final da conferência condenava todos os tipos de colonialismos e as doutrinas internacionais que recorriam à força, à infiltração e à subversão, indicando a resolução das disputas internacionais por meios pacíficos. Após esse evento, a Inglaterra reconheceu a independência do Sudão em 1956, seguida da independência do Ghana, em 1957, e da Guiné Conakry, em 1958.

No final, a conferência representou um grande precedente para as lutas anticolonialistas e antimperialistas dos continentes africano e asiático. Após esses reconhecimentos, o processo de descolonização foi sucedendo em cadeia. A partir de 1960, as colônias britânicas e francesas em África proclamam suas independências, nomeadamente: Burkina-Faso, Benin, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire. Já entre 1961 e 1962, 5 países tornam-se independentes: Serra Leoa, Burundi, Uganda e Argélia. Por essa razão, a década de 60 do século XX é conhecida como “década de África”.

Em maio de 1962, representantes dos países africanos independentes e de outros ainda sob domínio colonial reúnem-se na Conferência da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, realizada em Adis-Abeba capital da Etiópia, então governada pelo imperador Hailé Selassié. Tal conferência tinha como objetivo coordenar e intensificar esforços para acelerar as independências dos territórios africanos ainda sob domínio da colonização europeia, reafirmando o dever de todos os Estados africanos independentes em apoiar a liberdade e a independência dos povos ainda sob domínio estrangeiro.

Nesse evento, discutiu-se fundamentalmente duas ordens de questões: a situação do Zimbábwe, da Namíbia e da África do Sul que eram governadas por regimes racistas, constituídos de minorias brancas de origem britânica, sob regimes do apartheid; como também a situação das colônias portuguesas em África, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe. Os países reunidos determinam o apoio pela via da luta armada, como única solução para a libertação desses territórios africanos, ainda sob domínio colonial europeu (COMITINI, 1980). Foi nessa conferência que se proclamou a data de 25 de Maio como dia de libertação de África, marcando o reconhecimento da legitimidade da ONU. Na conferência foi criada e aprovada a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), a primeira instituição representativa do continente com objetivos de unir, fortalecer e defender a soberania dos países africanos, bem como erradicar todas as formas de colonialismo. Nos anos seguintes após

a criação da OUA, aumentam a solidariedade, o apoio político e militar dos países africanos já independentes para com os movimentos independentistas das colônias portuguesas e dos territórios anglófonos dominados por minorias brancas, localizados na África Austral.

As lutas armadas contra o colonialismo europeu generalizam-se na Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São-Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Zimbábwe, África do Sul e Namíbia. Cerca de dez anos depois, em 1975, os territórios da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola obtêm suas independências da colonização portuguesa por meio de lutas armadas sangrentas. Esses dois últimos países, falantes da língua portuguesa e localizados na África Austral, apoiaram a luta armada de libertação e desempenharam papel relevante para a independência dos países africanos vizinhos – África do Sul, Namíbia e Zimbábwe –, que estavam sob domínio de governos racistas dominados por minorias brancas, em sistemas de apartheid. Cinco anos depois, em 1980, o Zimbábwe alcança sua independência da minoria branca de origem britânica que governava o território. Já a África do Sul e a Namíbia livram-se do regime do apartheid em 1990.

14 A OUA

A OUA foi criada na reunião da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, acontecida em Adis-Abeba, capital da Etiópia, entre os dias 22 e 25 de maio de 1963, com o objetivo de eliminar a colonização, promover a solidariedade entre os povos e discutir os problemas advindos da descolonização. A organização também buscava a autonomia do continente para resolução dos seus próprios problemas sem interferências externas, além de buscar uma forma de inserção internacional para África. Entre os desafios políticos iniciais que a organização assumiu estavam o fortalecimento dos territórios africanos a nível nacional e internacional, bem como a conquista das independências políticas e econômicas, algo que representava uma tarefa árdua diante da bipolarização, na qual os EUA e a URSS dominavam o cenário político, econômico e ideológico mundial.

Os africanos estavam convencidos da necessidade imperiosa de intensificar esforços para acelerar as independências de todos os territórios africanos, ainda sob dominação colonial. Na reunião, foi elaborada, apresentada e aprovada a Carta da Organização da Unidade Africana, seus objetivos e princípios norteadores. Meio século após a sua criação, a OUA viria a dar lugar à União Africana (UA) (OTÁVIO; CARDOSO, 2014). A OUA surge em um contexto de disputa entre o Grupo de Casablanca e o Grupo de Monróvia, facções líderes dos países africanos independentes no ano de 1960, com diferenças políticas, mas unidas pelo objetivo de acabar com a colonização:

A Organização da Unidade Africana perseguia os seguintes objetivos: o combate ao colonialismo; a defesa do pan-africanismo; o combate ao *apartheid*. Essa Organização visava incrementar a cooperação entre os seus membros, estabelecer a unidade e a solidariedade dos Estados africanos, defender a integridade territorial, a independência e a soberania e seus membros. Atuou na economia, na defesa, na segurança coletiva e na cultura. A Carta da Organização da Unidade Africana tem sido definida como uma carta de libertação, posto que as verdadeiras preocupações dos Estados africanos nela contidas eram relativas à unidade africana, à não-interferência nos assuntos internos dos países tomados individualmente e à libertação, não só do sistema colonial como também do neo-colonial (DIALLO, 2005, p. 11).

A existência de objetivos em comum entre as nações africanas levou o grupo a se reunir em 1963, em Addis Abeba, com o objetivo de discutir a independência política do continente, apoiar movimentos de libertação e formar uma posição unânime na ONU. A OUA serviu como mecanismo para buscar autonomia e reconhecimento do continente, bem como um modelo de inserção internacional. Conhecida como organização “mãe do continente”, nasce de um contexto marcado por diversos conflitos internos, disputas pelo poder etc. A organização teve suas raízes no pan-africanismo, impulsionando os Estados africanos a manter a unidade política e econômica. Nas décadas seguintes à fundação, dentre

os principais objetivos da OUA, passou a constar manutenção da estabilidade entre os Estados. Entretanto, nas décadas de 1970 e 1990, o continente africano apresentou um contexto marcado por conflitos internos permeados por disputas de poder, que provocaram crises nos países.

15 Considerações finais

Sabe-se que a configuração histórica de África – sua condição na geopolítica mundial e o seu lugar periférico na divisão internacional do trabalho capitalista – deve-se à entrada forçada deste continente na Modernidade ocidental europeia, na condição de fornecedor de matérias-primas e de mão de obra escrava. África viu-se também colonizada e ocupada pelas diferentes potências europeias, com consequências negativas para o passado, presente e futuro do continente e seus habitantes. Conquistadas as primeiras independências africanas, a partir da década de 1960 e as últimas na década 1990, após a tomada do poder, geralmente os governos africanos herdaram administrações e estruturas coloniais obsoletas que serviam apenas aos propósitos e objetivos da pequena elite urbana branca e europeia. Assim, grande parte dos governos africanos enfrentaram o desafio de unificar distintos grupos etnolinguísticos tradicionais em um e único Estado e mais: escolher a forma de governo desses territórios e alfabetizar mais de 90% da população a quem a colonização europeia negara acesso à saúde, à educação e a bem-estar.

A criação da OUA representou a concretização dos anseios de intelectuais e líderes pan-africanistas, o abandono das agendas políticas nacionais, regionais, raciais e étnicas, assim como a sua substituição por uma identidade continental. Entretanto, na década seguinte à sua fundação, a organização começa a vivenciar os seus maiores desafios e provações de ordem interna e externa: neocolonialismo, tentativas de secessão de territórios africanos, golpes de Estado, violações de seus estatutos e dos direitos humanos e a falta de financiamento. Nessa conjuntura, na segunda metade do século XX, quase todas as nações africanas vivenciam distintas crises cíclicas, sejam elas alimentares, energéticas, de

abastecimento, de caráter socioeconômico ou de cunho político militar. Tais crises nos diferentes países africanos expressam-se de diferentes formas: secas e períodos de fome prolongados; emergência de conflitos de ordem militar, étnica ou mesmo religiosa, por conta da divisão não equitativa das riquezas nacionais; disputas territoriais, fronteiriças e de recursos florestais, minerais e hídricos, herdadas da colonização europeia; golpes de Estado; guerras internas e de secessão; massacres e genocídios; e desmembramento de países. Parte desses conflitos tem causas externas, ligadas às disputas ideológicas entre as duas maiores potências e blocos econômicos capitalista e socialista – EUA e URSS, respectivamente – no contexto da Guerra-Fria.

Referências

BERNAL, M. **Black Athena: the Afroasiatic roots of classic civilization**. v. II. Londres: Free Association Books, 1991.

BOAHEN, A. A África diante do desafio colônia. In: _____. (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a. p. 01 - 21.

_____. Partilha europeia e a conquista de África: apanhado geral. In: _____. (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010b. p. 21 - 51.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

COMITINI, C. **África arde: lutas dos povos africanos pela Liberdade**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. **África: o povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

COQUERY-VIDROVITCH, C. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 337 - 376.

CROWDER, M. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. In: BOAHEN, A. (ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 319 - 352.

DIALLO, A. Integração africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana. **Espaço Jurídico, Joaçaba**, v. 6, n. 1, p. 07 - 20, 2005.

DIOP, C. A. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (ed.). **História Geral da África II: África Antiga**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 01 - 36.

DU BOIS, W. **As almas da gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, B. (ed.). **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 91 - 134.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. v. I. Viseu: Publicações Europa-América, 1972a.

_____. **História da África Negra**. v. II. Viseu: Publicações Europa - América, 1972b.

M'BOW, M. Prefácio. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. XIX - XXIV.

MAZRUI, A. "Procurai o reino político...". In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (eds.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 125 - 150.

NKRUMAH, K. **África deve unir-se**. Lisboa: Bertrand. 1976.

OLORUNTIMEHIN, O. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: BOAHEN, A. (ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 657 - 674.

OTÁVIO, A.; CARDOSO, N. **Reflexões acerca da primeira década da União Africana: da transformação à atuação no Burundi, no Sudão e na Somália**. *Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre*, v. 5, n. 26, p. 45 - 65, 2014.